



**Seleção Competitiva
Pública - Edital n° 001/2016
NÍVEL SUPERIOR**

Emprego

ADVOGADO

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

ATENÇÃO

O Caderno de questões possui 40 (quarenta) questões objetivas e 1 (uma) Prática Processual, numeradas sequencialmente, de acordo com o exposto no quadro a seguir:

MATÉRIA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 05
Matemática	06 a 10
Informática	11 a 15
Conhecimentos Específicos	16 a 40
Prática Processual	-----

INSTRUÇÕES

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na folha de Respostas e na Versão Definitiva da Prática Processual. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
2. Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prática Processual. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas e da Versão Definitiva da Prática Processual. A Folha de Respostas deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição para a Versão Definitiva da Prática Processual. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação. A retirada da sala de prova dos 3 (três) últimos candidatos só ocorrerá conjuntamente.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prática Processual, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que aguarde em sala o prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br - no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

----- (destaque aqui) -----

Folha para anotação das respostas do candidato

Questão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Resp.																					
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
Resp.																					

O gabarito oficial preliminar e o caderno de questões da prova objetiva estarão disponíveis no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br** no dia seguinte à aplicação da prova.

Bélgica teria ignorado alerta turco sobre autor de atentado em Bruxelas

Um dos responsáveis pelos atentados suicidas a bomba em Bruxelas foi deportado no ano passado da Turquia, e a Bélgica, na sequência, teria ignorado um alerta de que o homem era um militante, disse o presidente turco, Tayyip Erdogan, nesta quarta-feira (23).

O gabinete de Erdogan identificou o homem como Ibrahim El Bakraoui, um dos dois irmãos que a Bélgica apresentou como responsáveis pelos ataques que mataram pelo menos 31 pessoas em Bruxelas na terça-feira (22), ações pelas quais o grupo Estado Islâmico assumiu a responsabilidade. Autoridades belgas não responderam aos pedidos para comentar a notícia.

Em casos anteriores, autoridades disseram que sem evidência de crime, como por exemplo ter lutado na Síria, eles não podiam prender pessoas deportadas da Turquia. Entre esses casos estava Brahim Abdeslam, um dos homens-bomba em Paris em novembro, que também foi enviado de volta para a Bélgica da Turquia em 2015.

Em entrevista à imprensa, Erdogan disse que Bakraoui foi detido na província de Gaziantep, no sul da Turquia, perto da fronteira síria, e foi depois deportado para a Holanda. A Turquia também notificou as autoridades holandesas, afirmou Erdogan.

Fonte: adaptado de <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2016-03-23/turquia-diz-ter-deportado-autor-de-ataque-em-2015-e-que-belgica-ignou-alerta.html>. Acesso em 25/03/2016.

QUESTÃO 01

Em relação ao conteúdo do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A Bélgica teria se alertado quanto à possibilidade de ataque terrorista assim que Ibrahim El Bakraoui foi deportado para o país.
- (B) O texto tem como assunto principal o atentado ocorrido na Bélgica, em março deste ano, porém, em determinado trecho, há menção a outro atentado ocorrido também na Europa, em 2015.
- (C) Todos os terroristas citados no texto foram deportados para a Holanda.
- (D) Ainda está sendo investigado se o Estado Islâmico é responsável pelo atentado citado no texto.
- (E) O ataque na Bélgica matou exatamente 31 pessoas.

QUESTÃO 02

A respeito da crase presente no trecho “Em entrevista à imprensa”, no início do último parágrafo, assinale a alternativa correta.

- (A) A crase justifica-se pelo fato de que os vocábulos “entrevista” e “imprensa” são palavras de gênero feminino.
- (B) O sinal indicativo de crase é facultativo nesse caso, pois a preposição “a” é facultativa após o nome “entrevista”.
- (C) A crase justifica-se pelo fato de que o nome “entrevista” exige complemento regido pela preposição “a”, e o complemento “imprensa” admite o artigo feminino “a”.
- (D) A crase justifica-se pelo fato de que “à imprensa” é uma locução adverbial.
- (E) O sinal indicativo de crase é facultativo nesse caso, pois “imprensa” é um substantivo masculino.

QUESTÃO 03

Os termos sintáticos destacados no trecho “a Bélgica apresentou como responsáveis pelos ataques que mataram pelo menos 31 pessoas em Bruxelas na terça-feira” são, respectivamente:

- (A) sujeito simples, verbo transitivo direto e adjunto adverbial de lugar.
- (B) sujeito composto, verbo transitivo direto e adjunto adverbial de tempo.
- (C) sujeito simples, verbo intransitivo e adjunto adverbial de lugar.
- (D) sujeito composto, verbo bitransitivo e adjunto adverbial de lugar.
- (E) sujeito simples, verbo transitivo indireto e adjunto adverbial de lugar.

QUESTÃO 04

A respeito da acentuação de algumas palavras do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) “Bélgica” recebe acento agudo, pois é uma palavra oxítona terminada em “a”, assim como a palavra “província”.
- (B) “província” recebe acento agudo, pois é uma palavra oxítona terminada em “a”, enquanto “sequência” é uma paroxítona terminada em ditongo crescente.
- (C) “sequência”, “província” e “evidência” recebem acento agudo de acordo com a mesma regra gramatical.
- (D) “evidência” e “Bélgica” recebem acento agudo, pois são proparoxítonas, as quais sempre devem ser acentuadas.
- (E) “também” recebe acento agudo pois é uma oxítona terminada em “m”.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa correta quanto à função sintática da expressão destacada em “**Em casos anteriores**, autoridades disseram que sem evidência de crime [...]”.

- (A) Aposto.
- (B) Sujeito composto.
- (C) Predicativo do sujeito.
- (D) Adjunto adnominal.
- (E) Adjunto adverbial.

MATEMÁTICA**QUESTÃO 06**

Considere a sequência:

PROVAPROVAPROVAPROVA...

Qual é a 101ª letra dessa sequência?

- (A) P
- (B) R
- (C) O
- (D) V
- (E) A

QUESTÃO 07

Uma pequena padaria vende dois tipos de pães doces, um com chocolate e outro com doce de leite. O proprietário fez uma pesquisa para saber qual dos dois pães os consumidores gostavam e compravam mais. A pesquisa revelou que 47% dos consumidores compravam o pão doce de chocolate; 35% compravam apenas o pão de doce de leite e 9% compravam ambos os pães. Sendo assim, qual é a porcentagem de consumidores que não compra nenhum dos dois pães doces?

- (A) 9%
- (B) 12%
- (C) 18%
- (D) 20%
- (E) 25%

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa que apresenta a negação da proposição “Lucas gosta de torta ou José gosta de refrigerante”.

- (A) “Lucas gosta de torta ou José não gosta de torta”.

- (B) “Lucas gosta de torta se José não gostar de refrigerante”.
- (C) “Lucas não gosta de torta ou José não gosta de refrigerante”.
- (D) “Lucas não gosta de torta se, e somente se, José não gosta de refrigerante”.
- (E) “Lucas não gosta de torta e José não gosta de refrigerante”.

QUESTÃO 09

Uma professora precisa corrigir 80 provas. Ela corrigiu $\frac{3}{5}$ do total e parou para tomar um café. Quantas provas faltam pra ela corrigir?

- (A) 56
- (B) 48
- (C) 42
- (D) 32
- (E) 16

QUESTÃO 10

Daniel, Tiago e Marcos são amigos. Um deles é médico, outro é advogado e o outro engenheiro, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- Ou Daniel é médico, ou Marcos é médico;
- Ou Daniel é advogado, ou Tiago é engenheiro;
- Ou Marcos é engenheiro, ou Tiago é engenheiro;
- Ou Tiago é advogado, ou Marcos é advogado.

Qual é a profissão de Daniel, Tiago e Marcos respectivamente?

- (A) Advogado, engenheiro e médico.
- (B) Médico, engenheiro e advogado.
- (C) Médico, advogado e engenheiro.
- (D) Engenheiro, médico e advogado.
- (E) Engenheiro, advogado e médico.

QUESTÃO 11

O Google fornece um mecanismo de pesquisa de páginas webs. Esse serviço fornece algumas utilidades, como realizar uma pesquisa de conteúdo em determinados tipos de arquivos. Qual das alternativas a seguir corresponde à pesquisa da palavra 'cisamusep' somente em arquivos do tipo 'pdf'?

- (A) cisamusep type:pdf
- (B) word:cisamusep typeoffile:pdf
- (C) cisamusep filetype:pdf
- (D) cisamusep site:pdf
- (E) define:cisamusep site:pdf

QUESTÃO 12

Uma planilha apresenta uma lista de nomes e suas respectivas idades, sendo o nome na coluna 'A' e a idade na coluna 'B'. A lista contém 100 nomes e suas respectivas idades. Considerando idoso o indivíduo com 60 anos ou mais, qual das alternativas representa a fórmula que pode contar quantos indivíduos nessa lista são idosos? (Utilizando o Libre Office Calc versão 4.3.0.)?

- (A) =CONT.SE(B1:B100;">=60")
- (B) =SE(B1:B100;">=60")
- (C) =CONT.SE(B1:B100;">60")
- (D) =SE(B1:B100;">60")
- (E) =SE.CONT(B1:B100;">=60")

QUESTÃO 13

Você utiliza o Microsoft Outlook 2013 em seu computador. Ao verificar as configurações de sua conta, observa na configuração "Tipo de conta: IMAP". Sabendo disso, quando você deleta um e-mail recebido, a mensagem vai para pasta "Lixeira/Trash" do Outlook. Ao apagar essa mensagem da pasta "Lixeira/Trash" do Outlook, o que ocorre?

- (A) A mensagem é apagada no Outlook e mantida no servidor de e-mails.
- (B) A mensagem é apagada no Outlook e movida para lixeira do servidor de e-mails.
- (C) A mensagem é apagada no Outlook e movida para pasta rascunho do servidor de e-mails.
- (D) A mensagem é apagada no Outlook e também é apagada no servidor de e-mails.

- (E) A mensagem é movida para pasta rascunho, e movida para lixeira no servidor de e-mail.

QUESTÃO 14

Em muitos documentos, você precisa passar o texto de uma página para outra, conforme adiciona ou apaga uma informação. Você quer uma quebra de página em um lugar específico, por exemplo, para colocar um cabeçalho no topo de uma nova página, com o mesmo estilo. Como deve ser feito automaticamente no LibreOffice Writer (versão 4.3.0.4)?

- (A) Posicionar o cursor no parágrafo que deseja estar na próxima página, selecionar o menu Formatar, opção Parágrafo, selecionar a guia Fluxo de Texto, na sessão Quebras, marcar inserir, tipo: página, não selecionar com estilo de página.
- (B) Posicionar o cursor no parágrafo que deseja estar na próxima página, selecionar o menu Inserir, opção Parágrafo, selecionar a guia Fluxo de Texto, na sessão Quebras, marcar inserir, tipo: página, não selecionar com estilo de página.
- (C) Posicionar o cursor no parágrafo que deseja estar na próxima página, selecionar o menu Inserir, opção Parágrafo, selecionar a guia Fluxo de Texto, na sessão Quebras, marcar inserir, tipo: coluna, não selecionar com estilo de página.
- (D) Posicionar o cursor no parágrafo que deseja estar na próxima página, selecionar o menu Formatar, opção Parágrafo, selecionar a guia Fluxo de Texto, na sessão Quebras, marcar inserir, tipo: página, marcar a opção com estilo de página tipo paisagem.
- (E) Posicionar o cursor no parágrafo que deseja estar na próxima página, selecionar o menu Inserir, opção Parágrafo, selecionar a guia Fluxo de Texto, na sessão Quebras, marcar inserir, tipo: página, marcar a opção com estilo de página paisagem.

QUESTÃO 15

Muitas informações que acessamos pela internet não requerem sigilo. O protocolo padrão de acesso aos sites não fornece mecanismos de criptografia. Ao acessar serviços que necessitam realizar a transferência de informações sigilosas, é importante certificar-se de que a conexão fornece segurança através de recursos de criptografia. O protocolo utilizado para promover uma conexão segura é o

- (A) http
- (B) https
- (C) tcp
- (D) icmp
- (E) www

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 16**

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- (B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização e a interferência estatal em seu funcionamento se dá por meio da exigência de licença especial.
- (C) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se, todavia, uma vez associado, a permanência é obrigatória, salvo disposição legal em contrário.
- (E) Às entidades associativas não pode ser conferida legitimidade para representar seus filiados judicialmente, sendo que, ainda que haja autorização expressa, a legitimidade alcançará apenas a representação extrajudicial.

QUESTÃO 17

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados

- (A) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

- (B) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- (C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- (D) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (E) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

QUESTÃO 18

De acordo com a Constituição Federal, se, antes de realizado o segundo turno nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato,

- (A) será considerado eleito o candidato mais votado no primeiro turno, ainda que não tenha alcançado a maioria absoluta dos votos.
- (B) convocar-se-á novas eleições em 30 dias para apurar a preferência dos eleitores, dentre os candidatos remanescentes, sobre qual deve concorrer em segundo turno.
- (C) convocar-se-á novas eleições em 30 dias, uma vez que o candidato mais votado não pode ser considerado eleito sem a maioria absoluta dos votos dos eleitores no primeiro turno e o terceiro candidato mais votado não representa a preferência dos demais eleitores.
- (D) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação e, se remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.
- (E) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação e, se remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais jovem.

QUESTÃO 19

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente

- (A) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- (B) o Procurador-Geral da República nas infrações penais comuns.

- (C) os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.
- (D) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- (E) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa que, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, apresenta 2 legitimados a propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.

- (A) Presidente da República e Prefeitos Municipais.
- (B) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Advogado Geral da União.
- (C) Advogado Geral da União e Vice-Presidente da República.
- (D) Entidade de Classe Estudantil e Deputado Federal.
- (E) Procurador-Geral da República e Governador de Estado.

QUESTÃO 21

De acordo com as normas constitucionais acerca da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo de validade dos concursos públicos será de até dois anos, devendo ser fixado inicialmente por um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) É vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical.
- (C) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público devem ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (E) É vedada a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico, ainda que haja compatibilidade de horários.

QUESTÃO 22

Uma concessionária de serviço público determina o corte no fornecimento de energia elétrica de um hospital público em virtude de inadimplemento. Nessa situação hipotética,

- (A) será legal a paralisação do serviço, pois a inadimplência do usuário constitui exceção ao princípio da continuidade e veda o enriquecimento sem causa.
- (B) será legal a paralisação do serviço, desde que ocorra após o período de 30 dias de inadimplência.
- (C) será ilegal a paralisação do serviço, pois a interrupção do serviço deve ser precedida de aviso prévio, por meio de notificação judicial, após 10 dias de inadimplência.
- (D) será ilegal a paralisação, pois, tratando-se de inadimplência do usuário, deve haver prévio aviso e 15 dias de suspensão parcial antes da efetiva paralisação do serviço.
- (E) será ilegal a paralisação do serviço por inadimplemento do usuário, tendo em vista que dará ensejo a interrupção de um serviço essencial à coletividade.

QUESTÃO 23

O “Convite” é a modalidade de Licitação

- (A) entre interessados cadastrados do ramo pertinente ao seu objeto, escolhidos e convidados em número mínimo de 2 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência mínima de 30 dias da apresentação das propostas.
- (B) entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.
- (C) entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número máximo de 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório para publicidade, sendo vedada, no entanto, a participação de candidatos não convidados.
- (D) entre interessados cadastrados do ramo pertinente ao seu objeto, escolhidos e convidados em número máximo de 5 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório para publicidade, sendo vedada, no entanto, a participação de candidatos não convidados.
- (E) entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número máximo de 5 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de mínima de 10 dias antes da apresentação das propostas.

QUESTÃO 24

Com relação à execução dos Contratos Administrativos e às responsabilidades do contratado, assinale a alternativa correta.

- (A) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a

responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

- (B) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, podendo onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- (C) O contratado é responsável pelos encargos previdenciários e isento de responsabilidade por encargos trabalhistas ou comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos fiscais, transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, podendo onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- (D) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas e isento de responsabilidade por encargos previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- (E) O contratado é responsável pelos encargos fiscais e isento de responsabilidade por encargos previdenciários e trabalhistas resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos comerciais e fiscais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, mas poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

QUESTÃO 25

Quando, na concessão de serviços públicos, houver a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, tem-se o que se considera

- (A) encampação.
- (B) caducidade.

- (C) reversão.
- (D) outorga.
- (E) disponibilidade.

QUESTÃO 26

A Constituição Federal, ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores, faz referência à Licença à gestante:

- (A) com duração de 180 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, para as trabalhadoras rurais que comprovem baixa renda.
- (B) com duração de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
- (C) com duração de 120 dias, com pagamento de 50% do salário, para as trabalhadoras rurais com renda superior ao limite de baixa renda definido em lei.
- (D) com duração de 90 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
- (E) com duração de 180 dias, com pagamento de 50% do salário, para as trabalhadoras rurais com renda superior ao limite de baixa renda definido em lei.

QUESTÃO 27

De acordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se empregado a

- (A) pessoa jurídica que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário ou outra espécie de remuneração.
- (B) pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza eventual a empregador, ainda que sem dependência deste e mediante qualquer forma de remuneração.
- (C) pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, ainda que sem a dependência deste e independente de salário ou remuneração.
- (D) pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (E) pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante qualquer tipo de remuneração.

QUESTÃO 28

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- (A) as ações movidas por empregado em face do INSS, visando a concessão de benefícios previdenciários.
- (B) as ações movidas por empregado em face do INSS, para concessão do benefício de auxílio-doença, quando a incapacidade decorre de acidente de trabalho.
- (C) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- (D) as ações penais movidas em face do empregador que comete crime contra as relações de trabalho.
- (E) os crimes contra a organização do trabalho.

QUESTÃO 29

De acordo com o que dispõe o Código Civil acerca das Pessoas Jurídicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (B) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.
- (C) A inscrição do ato constitutivo das pessoas jurídicas de direito privado no respectivo registro é ato meramente declaratório, uma vez que sua existência legal começa a partir da data fixada pela união de vontades expostas no contrato social.
- (D) É livre a criação e a estruturação interna das organizações religiosas, podendo o poder público, por critério de conveniência, negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos necessários ao seu funcionamento.
- (E) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

QUESTÃO 30

De acordo com o que dispõe o Código Civil acerca das Associações, assinale a alternativa correta.

- (A) Os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado ao estatuto instituir categorias com vantagens especiais.
- (B) A qualidade de associado é transmissível, não podendo o estatuto dispor o contrário.
- (C) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela importará, de per si, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.
- (D) A exclusão de associado independe de justa causa quando ocorrer por deliberação e voto de 1/3 dos demais associados.
- (E) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

QUESTÃO 31

De acordo com o Código Civil, consideram-se móveis para efeitos legais

- (A) o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- (B) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (C) o direito à sucessão aberta.
- (D) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (E) as energias que tenham valor econômico.

QUESTÃO 32

De acordo com o que dispõe o Código Civil acerca dos Negócios Jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio e aproveita aos co-interessados capazes, mesmo que divisível o objeto da obrigação.
- (B) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (C) A manifestação de vontade não subsiste quando o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, mesmo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- (D) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

- (E) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

QUESTÃO 33

De acordo com o Código Civil, a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório,

- (A) prescreve em um ano.
- (B) prescreve em seis meses.
- (C) decai em seis meses.
- (D) prescreve em três anos.
- (E) é imprescritível.

QUESTÃO 34

De acordo com o que dispõe o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15) acerca da conciliação, da mediação e de outros métodos de solução consensual de conflitos, assinale a alternativa correta.

- (A) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por advogados e defensores públicos. Juízes e membros do Ministério Público não devem estimular as partes com relação aos métodos de solução consensual de conflitos, no curso do processo judicial, sob pena de comprometer sua imparcialidade.
- (B) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- (C) A mediação será considerada ilegal e nula de pleno direito, caso estimulada por advogados e defensores públicos.
- (D) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto no curso do processo judicial.
- (E) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes e membros do Ministério Público. Advogados e defensores públicos não devem estimular as partes com relação aos métodos de solução consensual de conflitos, no curso do processo judicial.

QUESTÃO 35

De acordo com o que dispõe o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15) acerca da aplicação das normas processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- (B) A norma processual não retroagirá, mas será aplicável imediatamente aos processos em curso, inclusive nas situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- (C) A norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, inclusive aos atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- (D) A norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, inclusive aos atos processuais praticados, com exceção às situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- (E) A norma processual retroagirá, mas não será aplicável imediatamente aos processos em curso e aos atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

QUESTÃO 36

De acordo com o que dispõe o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15) acerca da competência interna, assinale a alternativa correta.

- (A) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, sendo vedado às partes instituir juízo arbitral.
- (B) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- (C) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- (D) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, em que o litígio recai sobre direito de propriedade, é competente o foro de domicílio do réu.
- (E) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de domicílio do autor, cujo juízo tem competência absoluta.

QUESTÃO 37

De acordo com o que dispõe o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), no Procedimento Comum, o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito,

- (A) julgará liminarmente improcedente o pedido, condenando o autor ao pagamento das custas do processo e litigância de má-fé.
- (B) julgará liminarmente improcedente o pedido, condenando o autor ao pagamento das custas do processo.
- (C) determinará que o autor, no prazo de 15 dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.
- (D) determinará que o autor, no prazo de 10 dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz julgará improcedente o pedido inicial.
- (E) determinará que o autor, no prazo de 5 dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz julgará improcedente o pedido inicial.

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei Federal 11.107/2005, o consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público

- (A) no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- (B) no caso de constituir fundação público-privada, nos termos definidos na Constituição Federal.
- (C) no caso de constituir empresa pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- (D) no caso de exercer atividades inerentes ao poder público, mediante contrato de concessão.
- (E) no caso de exercer atividades inerentes ao poder público, mediante contrato de permissão.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 82/98, a direção executiva de Consórcio Intermunicipal será exercida por um Conselho Diretor composto

- (A) pelo Prefeito de cada Município consorciado e por 2 representantes técnicos e respectivos suplentes de cada Município consorciado, de livre escolha do Prefeito Municipal, que reúnam capacidade e conhecimentos específicos, preferencialmente de nível superior, compatíveis com matérias e práticas inerentes à Administração Municipal.
- (B) pelo Prefeito de cada Município consorciado e por 1 representante técnico e respectivo suplente de cada Município consorciado, de livre escolha do Prefeito Municipal, que reúna capacidade e conhecimentos específicos, preferencialmente de nível superior, compatíveis com matérias e práticas inerentes à Administração Municipal.
- (C) pelo Prefeito de cada Município consorciado e por 5 representantes técnicos de cada Município consorciado, de livre escolha do Prefeito Municipal, entre eleitores do município, maiores de 35 anos de idade, que reúnam capacidade e conhecimentos específicos, de nível superior, compatíveis com matérias e práticas inerentes à Administração Municipal.
- (D) pelo Prefeito de cada Município consorciado e por 2 representantes técnicos e respectivos suplentes de cada Município consorciado, de livre escolha do Prefeito Municipal, que reúna capacidade e conhecimentos específicos, de nível superior, compatíveis com matérias e práticas inerentes à Administração Municipal.
- (E) por 5 representantes técnicos de cada Município consorciado, de livre escolha do Prefeito Municipal, entre eleitores do município, maiores de 35 anos de idade, que reúnam capacidade e conhecimentos específicos, de nível superior, compatíveis com matérias e práticas inerentes à Administração Municipal.

QUESTÃO 40

De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90), assinale a alternativa correta.

- (A) O dever do Estado de garantir a saúde exclui o das pessoas da família, das empresas e da sociedade.
- (B) Estão excluídos do Sistema Único de Saúde (SUS) os serviços na área da saúde, prestados por instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.
- (C) Não se insere no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de saúde do trabalhador.
- (D) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.
- (E) A execução de ações de vigilância sanitária estão inseridas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) e as ações de vigilância epidemiológica, por integrarem a iniciativa privada, estão excluídas.

PRÁTICA PROCESSUAL

A Prova Prática Processual será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria jurídica;
2. Sistematização lógica;
3. Nível de persuasão;
4. Adequada utilização da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua prova prática processual avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
- c) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- d) não apresentar a peça processual redigida na Versão Definitiva, ou entregá-la em branco;
- e) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- e) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) linhas para elaborar a peça processual. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.

José da Silva propõe ação, em face do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense – CISAMUSEP, pelo procedimento comum, na Justiça Federal de Maringá.

O autor relata que participou da seleção competitiva pública promovida pela CISAMUSEP para provimento de uma vaga para o emprego de advogado e que, na primeira etapa dessa seleção, a questão objetiva de nº 20, abordando tema de Direito Civil, questionou:

De acordo com o que dispõe o Código Civil, quando um negócio jurídico aparentar, conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem haverá

- (A) simulação e o negócio jurídico simulado será nulo.
- (B) lesão e o negócio jurídico será anulável.
- (C) estado de perigo e o negócio jurídico será nulo.
- (D) simulação e o negócio jurídico simulado será anulável.
- (E) simulação, mas o negócio jurídico simulado é válido.

Informa o autor que o gabarito oficial da prova apontou como resposta correta a alternativa de letra A, no entanto o autor optou por assinalar a alternativa E, pelo que não obteve o ponto referente à questão.

Sustenta que, diferentemente do que apontou o gabarito oficial, a alternativa E é que deveria ser considerada correta, uma vez que o negócio jurídico simulado é válido quando apresenta a forma e substância adequada.

Argumenta que o art. 167 do CC/02 dispõe que subsistirá o negócio jurídico que se dissimulou se válido for em sua forma e substância e que, por isso, a alternativa E deve ser considerada correta.

Destaca que, tempestivamente, apresentou suas razões e impugnou o gabarito por recurso administrativo, todavia foi mantida a alternativa A como correta.

Alega que, em decorrência da não pontuação correspondente à questão nº 20 (supracitada), não atingiu a nota mínima para a realização da 2ª etapa do concurso.

Sustenta que a incorreção do gabarito e sua manutenção após impugnação revelam ilegalidade do ato praticado pela CISAMUSEP, de modo que o Poder Judiciário pode e deve rever o mérito da resposta da questão.

Em decorrência dos fatos narrados, o autor pede a alteração do gabarito da referida questão para a letra E, com o acréscimo do ponto correspondente em sua nota e, ainda, sua convocação para a segunda etapa do concurso, bem como, acaso não seja convocado para a realização da 2ª etapa, indenização pelos danos morais decorrentes, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Em sua inicial, o autor formulou sua pretensão por procedimento comum, destacando que não tinha interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, formulando pedido de tutela provisória de urgência em caráter incidental para que fosse imediatamente convocado para realizar a segunda etapa da seleção, a qual seria realizada no dia 1 de maio de 2016.

A inicial foi distribuída em data de 20 de abril de 2016 e processada pela 2ª Vara Federal da Subseção de Maringá – Seção Judiciária do Paraná, estando ambas as partes devidamente qualificadas nos autos, tendo o processo nº 2016.

O juiz, no entanto, indeferiu a petição inicial por inépcia. O autor apelou e não houve retratação, sendo que o réu, regularmente citado em 26 de abril de 2016, respondeu, prontamente, ao recurso.

O Tribunal, no entanto, reformou a sentença e o réu foi intimado do retorno dos autos em 02 de maio de 2016.

A tutela provisória não foi concedida e, dessa decisão, não houve recurso.

Como advogado da CISAMUSEP, apresente a peça processual adequada, no último dia do prazo, destacando a tempestividade.

Tratando-se de situação hipotética para avaliação de conhecimento, elabore a peça de acordo com os requisitos legais e formais, considerando a incidência das normas do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15).

Considere que José da Silva é brasileiro, solteiro, advogado, não detentor de foro por prerrogativa e já está devidamente qualificado nos autos.

Para a contagem do prazo, considere o calendário hipotético colacionado ao material de apoio, no qual se verifica que as datas correspondentes aos sábados e domingos estão em negrito e não houve feriados durante os dias úteis.

RASCUNHO

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____
33. _____

-
34. _____
 35. _____
 36. _____
 37. _____
 38. _____
 39. _____
 40. _____
 41. _____
 42. _____
 43. _____
 44. _____
 45. _____
 46. _____
 47. _____
 48. _____
 49. _____
 50. _____
 51. _____
 52. _____
 53. _____
 54. _____
 55. _____
 56. _____
 57. _____
 58. _____
 59. _____
 60. _____
 61. _____
 62. _____
 63. _____
 64. _____
 65. _____
 66. _____
 67. _____
 68. _____
 69. _____

-
70. _____
 71. _____
 72. _____
 73. _____
 74. _____
 75. _____
 76. _____
 77. _____
 78. _____
 79. _____
 80. _____
 81. _____
 82. _____
 83. _____
 84. _____
 85. _____
 86. _____
 87. _____
 88. _____
 89. _____
 90. _____
 91. _____
 92. _____
 93. _____
 94. _____
 95. _____
 96. _____
 97. _____
 98. _____
 99. _____
 100. _____
 101. _____
 102. _____
 103. _____
 104. _____
 105. _____

-
106. _____
 107. _____
 108. _____
 109. _____
 110. _____
 111. _____
 112. _____
 113. _____
 114. _____
 115. _____
 116. _____
 117. _____
 118. _____
 119. _____
 120. _____
 121. _____
 122. _____
 123. _____
 124. _____
 125. _____
 126. _____
 127. _____
 128. _____
 129. _____
 130. _____
 131. _____
 132. _____
 133. _____
 134. _____
 135. _____
 136. _____
 137. _____
 138. _____
 139. _____
 140. _____
 141. _____

-
- 142. _____
 - 143. _____
 - 144. _____
 - 145. _____
 - 146. _____
 - 147. _____
 - 148. _____
 - 149. _____
 - 150. _____

